

internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

EUA revogam visto de embaixadora do Brasil

Visto só será restabelecido caso o Brasil aceite indicação de Washington

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O governo de Donald Trump anunciou ontem a revogação do visto da embaixadora do Brasil nos EUA, Maria Luiza Viotti, em retaliação à demora do Brasil de conceder aval para que Daniel Perez assuma suas funções como novo embaixador dos EUA em Brasília. A medida equivale à expulsão da diplomata do território norte-americano. Auxiliares de Trump destacaram que o visto de Viotti só será restabelecido caso o governo Lula dê a luz verde para Perez - um procedimento conhecido como *agrément*.

O chefe do Departamento de Estado, Marco Rubio, é um forte crítico da esquerda latino-americana e já confrontou o governo Lula em diferentes ocasiões. Logo após o anúncio do USTR (Escritório do Comércio dos EUA) de um novo tarifaço contra o Brasil, ele publicou nas redes sociais que “o presidente Lula e seu governo não

negociaram com os EUA de boa-fé”. “Suas políticas econômicas são ruins para os americanos e ruins para os brasileiros. No último ano, Lula colocou seu próprio ego à frente de fazer um acordo pelo bem-estar do povo brasileiro, e essas tarifas são o preço por isso”, diz Rubio.

Os Estados Unidos solicitaram autorização ao Brasil para nomear Perez um mês depois de a Casa Branca tornar pública sua indicação. Ao agir dessa forma, romperam com a prática tradicional, segundo a qual o país que envia o embaixador consulta previamente a nação anfitriã e aguarda sua manifestação antes de oficializar a indicação.

O gesto provocou incômodo no Palácio do Planalto. Integrantes do governo Lula afirmam que não há pressa para conceder o *agrément*, já que, na avaliação deles, Washington optou por divulgar o nome antes de cumprir os trâmites normalmente obser-

vados. Por trás da justificativa de aliados de Lula está o receio de que Perez tenha uma atuação política durante as eleições presidenciais de outubro.

Perez teve sua indicação aprovada pela Comissão de Relações Exteriores do Senado e deve ser submetido ao plenário ainda nesta semana.

No fim de julho, o Departamento de Estado tentou enviar ao Brasil dois integrantes de sua equipe para discutir temas como liberdade de expressão e o processo eleitoral. A visita foi interpretada pelo Planalto como uma tentativa de interferência nas eleições. A interpretação do governo brasileiro foi criticada pelo Departamento do Estado. Em nota, o governo Trump afirmou que tratava-se uma visita programada a Brasília entre os dias 27 e 30 de julho para reuniões com autoridades do governo, líderes religiosos e representantes da sociedade civil.

UE diz que regularização de imigrantes ‘não é bom sinal’

HENRY NICHOLLS / AFP / JC



/ EUROPA

A reunião de emergência dos países-membros da União Europeia sobre a crise migratória na região de Ceuta, realizada ontem, deveria encerrar com uma mensagem de solidariedade à Espanha.

Ela veio, mas com um recado sobre a política de regularização de imigrantes do país. “Não é um bom sinal para o resto da Europa”, declarou Magnus Brünner, chefe de imigração do bloco.

“Entendo que a Espanha fez isso porque se trata, principalmente, de latino-americanos que

falam a mesma língua e compartilham a mesma cultura. Mas o recado para o resto da Europa não é nada bom. Definitivamente, não é”, disse o representante da Comissão Europeia quase ao fim da entrevista que concedeu em Bruxelas após o encontro.

Até então, Brünner tinha tomado cuidado com as declarações, evitando qualquer tipo de endosso ou crítica à ofensiva capitaneada por Itália e Dinamarca contra a iniciativa do governo Pedro Sánchez. Segundo o comissário, o assunto nem foi abordado durante a reunião, realizada por videoconferência.

Retorno de embaixador do Brasil à Argentina é incerto

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A nova sequência de ataques do presidente argentino, Javier Milei, ao presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista ao canal LN+, devem complicar o cenário de normalização diplomática e retardar o retorno a Buenos Aires do embaixador brasileiro Julio Bitelli. Gestos de distensão eram uma condição para a volta do diplomata. No domingo, Milei reiterou o teor das declarações que havia feito no Brasil, ao participar da convenção que lançou a candidatura opositora do senador e aliado Flávio Bolsonaro (PL-RJ) a presidente da República.

O presidente argentino afirmou que agiu de forma correta ao chamar o petista de “presidiário”, “ladrão” e “corrupto”. “Eu menti?”, reagiu Milei, ao ser questionado na TV. “É ladrão, é um corrupto. Foi condenado por ser ladrão e corrupto. Esteve preso, portanto está correto presidiário. E não somente isso. Foi liberado por um erro administrativo do procedimento (judicial), não por ser inocente.”

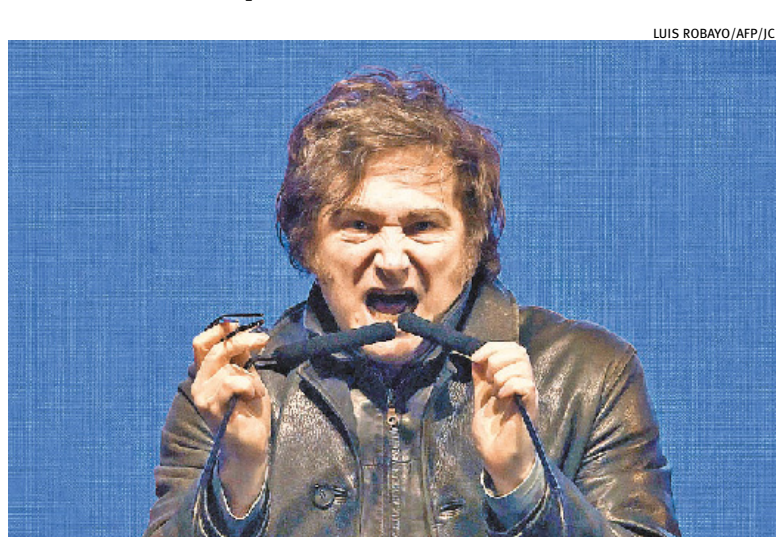
Até sexta-feira passada, a or-

dem no Itamaraty era aguardar sinais de eventual normalização e monitorar a situação política na capital argentina à distância, por meio de contatos diversos do corpo diplomático. A embaixada continua funcionando, mas sem a presença do chefe do posto.

Bitelli foi chamado a consultas em Brasília como gesto grave de desaprovação ao ato de Milei na convenção bolsonarista, uma praxe diplomática. Após conversas com Lula e com o ministro Mauro Vieira, foi orientado a permanecer

no País por tempo indeterminado, até que houvesse uma avaliação política indicando degelo.

O governo brasileiro não pretende rebaixar a representação ou deixar a embaixada sem comando, tampouco romper relações ou agravar a crise. Mas pregou cautela. A nova investida de Milei vai em direção contrária aos sinais recebidos até então. Bitelli fez até agora três reuniões com integrantes do governo federal - duas com o próprio Lula. A terceira foi na com o ministro Mauro Vieira.



Declarações de Milei criaram atrito diplomático entre os países

Irã e Omã progridem em acordo para reabertura de Ormuz

/ ORIENTE MÉDIO

O Irã e Omã avançaram em direção a um acordo para reabrir o Estreito de Ormuz, em um possível avanço que poderia ajudar a colocar fim à guerra no Oriente Médio, disseram ontem autoridades regionais. Pelo acordo em fase de elaboração, os navios entrariam no Golfo Pérsico por uma rota controlada pelo Irã e sairiam por uma rota controlada por Omã, sendo cobradas taxas de serviço para garantir a segurança e preservar o meio ambiente marítimo, segundo informaram dois funcionários não identificados à Associated Press.

Eles disseram que as negociações estão em andamento e que o acordo pode assumir uma forma diferente, mas os termos incluiriam o levantamento do bloqueio dos EUA aos portos iranianos. Qualquer acordo que formalize o controle do Irã sobre o estreito representaria uma importante vitória para Teerã. Por essa razão, os EUA poderiam tentar bloquear o acordo, recusando-se a suspender o bloqueio. O estreito era uma via

navegável internacional aberta antes do ataque conjunto dos EUA e de Israel ao Irã em 28 de fevereiro.

O presidente dos EUA, Donald Trump, está sob crescente pressão para encerrar uma guerra impopular que elevou os preços da gasolina às vésperas das eleições de meio de mandato e reduziu os estoques norte-americanos de algumas munições. Nos últimos dias, ele tem oscilado novamente entre ameaças de ataques massivos e sinalizações de apoio a esforços diplomáticos.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, afirmou que as conversas com Omã têm como foco “o estabelecimento de rotas marítimas seguras de entrada e saída”, rotas que “respeitem os direitos soberanos e, ao mesmo tempo, abordem as considerações de segurança nacional tanto do Irã quanto de Omã”. “Os resultados finais dessas negociações serão anunciados assim que forem concluídos”, acrescentou em declarações divulgadas pela agência de notícias estatal iraniana Irna.